

ENSINO BÁSICO

O posicionamento da Educação como eixo central das prioridades da Administração Pública Estadual implica na disposição governamental de dar sequência à profunda transformação na qualidade do ensino sob sua responsabilidade.

A estratégia delineada implica na execução de uma proposta abrangente - enfocando os aspectos de qualidade pedagógica, de remuneração e de capacitação do corpo docente e administrativo, além do desenvolvimento das atividades, sob uma perspectiva de ampliação na autonomia administrativa e pedagógica da Escola-Paralelo.

As disposições orçamentárias conferem ênfase ao projeto "Inovações do Ensino Básico" - objeto de financiamento do Banco Mundial - contemplando as escolas de 1º grau da Região Metropolitana da Grande São Paulo, sob responsabilidade da Secretaria da Educação, que representam 66% do total da rede.

Este projeto tem como objetivo central a melhoria do aprendizado e a redução nos altos índices de evasão escolar, por intermédio das seguintes ações:

- fortalecimento da Jornada Única no Ciclo Básico: expansão do período de permanência para seis horas, para os alunos da primeira e segunda séries do primeiro grau, determinando um quadro de necessidades, da seguinte ordem:
 - construção de 1.250 salas de aula e prosseguimento de obras em 1.075;
 - mobiliário escolar e materiais pedagógicos adicionais;
 - expansão e melhoria da merenda escolar e aquisição de equipamentos pertinentes; e
 - treinamento em serviço, cursos à distância (por televisão e face à face), para professores;
- expansão do atendimento do pré-escolar de baixa renda: responsabilidade da Secretaria da Educação do Estado, na elaboração e acompanhamento dos padrões pedagógicos, e dos municípios, no tocante à articulação do projeto de expansão; e
- saúde escolar - sob a incumbência da Secretaria da Saúde do Estado.

Diversas medidas de importância estratégica para o sistema educacional paulista vêm sendo tomadas pela Secretaria da Educação, consolidando as ações no campo pedagógico, administrativo e de estrutura física.

No campo pedagógico, objetivando superar o complexo problema da formação de recursos humanos para o 1º grau, foram implantados 398 Centros de Formação e Apoio ao Magistério (CEFAM) e 191 oficinas pedagógicas como base de apoio aos docentes. A programação para 1992 prevê suprir os centros e oficinas mais carentes de equipamentos e material didático.

No ensino técnico de 2º grau, está previsto o reforço orçamentário envolvendo o desenvolvimento de projetos agropecuários, a implantação de projeto na área de zootecnia, a melhoria no ensino técnico, via aquisição de equipamentos e insumos para as novas escolas que serão implantadas em 1992, bem como para as existentes - 37 escolas agrícolas e 46 escolas industriais.

No conjunto das ações, para 1992, deve-se assinalar ainda, a atenção da proposta orçamentária para os seguintes programas:

- Municipalização do Ensino: execução da política de descentralização do planejamento e da gestão educacional, institucionalizando a cooperação entre o Estado e os Municípios;
- Segurança Escolar: atendimento de 2.000 escolas por meio de um sistema de alarme ligado diretamente com a Polícia Militar, em conjunto com outras medidas de segurança; e
- Informatização: início da expansão do programa na Secretaria, via modernização de equipamentos e ampliação da capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos da área.

O plano de obras para 1992, excetuadas as relacionadas ao Programa Inovações do Ensino Básico - Grande São Paulo, tem a seguinte configuração:

- construção e ampliação de prédios escolares correspondentes a 4.964 salas de aula, representando 206.220 novas vagas;
- reforma e ampliação em 10 escolas técnicas agrícolas e em 07 escolas industriais;
- construção das escolas agrícolas de Jales e Andradina e da Escola Industrial de Marília;
- manutenção corretiva em 1.200 prédios, mobiliário escolar para as novas salas de aula e reposição e recuperação de conjuntos de carteira/cadeira; e
- construção de 16 Delegacias de Ensino, sendo 06 na Grande São Paulo e 10 no Interior.

A atuação da Fundação para o Desenvolvimento da Educação, no próximo exercício, consagra atenção às atividades representadas pelo desenvolvimento de recursos humanos, difusão do livro escolar e apoio à leitura, além da elaboração de material instrucional de apoio pedagógico, utilizando novas tecnologias e informática educacional.

A programação assegura à Fundação as condições técnico-administrativas necessárias para sustentar a ampliação de suas atividades, decorrente da sua participação no desenvolvimento do Programa Inovações do Ensino Básico - Grande São Paulo.

ENSINO SUPERIOR

Para as Universidades Estaduais estão previstos recursos correspondentes a 9% da receita do ICMS Quota-Parte do Estado para 1992. Em conformidade com o artigo 19 da LDO, as liberações mensais de recursos do Tesouro deverão respeitar o mesmo percentual de arrecadação do ICMS-Quota Parte do Estado no mês de referência.

As Universidades Estaduais são autarquias em regime especial de direito público, com autonomia científica, didática, administrativa e financeira e têm suas programações direcionadas para execução dos seguintes programas:

- ensino a nível de graduação e de pós-graduação, extensão universitária, assistência médica e sanitária, por intermédio dos hospitais-escolas;
- pesquisa pura e aplicada; e
- construções, reformas e instalações nos "campi".

Estão ainda incorporadas a esta função as atividades do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" composto por 5 Faculdades de Tecnologia e 14 Escolas Técnicas na Capital e no Interior do Estado. O Orçamento de 1992 prevê para o Centro, recursos para atendimento de uma programação onde se destacam a ampliação da rede física, via construção de prédios, laboratórios e oficinas; reformas e adequações de diversas Escolas Técnicas e de Faculdades de Tecnologia; e reforço no suprimento de insumos e equipamentos para o ensino técnico em atendimento a 13 novas turmas (mais 520 alunos) de ensino técnico e mais 6 novos cursos de formação em tecnologia.

A Faculdade de Engenharia Química de Lorena, recém incorporada ao sistema estadual, concentrará suas ações no sentido de consolidação sua função de ensino e de pesquisa, com destaque para a destinação de recursos para as instalações de custeio dos serviços administrativos, manutenção dos "campi", obras e instalações e, principalmente, pesquisa tecnológica.

CULTURA

A Secretaria da Cultura, procurando intensificar as ações de formação artística e divulgação cultural, enfatizará as atividades das Oficinas Culturais de Bairro e Regionais, além da formação profissional (instrumentistas) nos cursos regulares do Conservatório de Tatuí e de formação e especialização musical nos cursos ministrados na Universidade Livre de Música.

A realização de tombamentos e restaurações, previstas para 1992, constituir-se-á no principal destaque na esfera da preservação e defesa do patrimônio artístico e cultural do Estado.

No tocante à promoção, desenvolvimento e difusão das atividades artísticas das ciências humanas o apoio às pesquisas, publicações, fomento e apresentações de espetáculos culturais e artísticos, o desenvolvimento cultural do Interior Paulista, bem como a entrega de prêmios-estímulos, representam o seu núcleo mais expressivo.

Para as atividades dirigidas à documentação e preservação da memória artística e cultural do Estado, destacam-se a conservação das dependências e a preservação dos acervos museológicos.

Por concorrerem para a implementação dessas atividades, foram, também, previstos recursos destinados a estudos e projetos, reformas e adaptações, e obras em próprios culturais.

A Fundação Padre Anchieta dará continuidade às obras de infra-estrutura da nova torre do Sumaré, transferindo o sistema transmissor da Capital, hoje instalado no Pico do Jaraguá, buscando pela iniciativa melhor qualidade e maior abrangência territorial na transmissão.

Ao Memorial da América Latina serão destinados, em 1992, recursos para manutenção de suas instalações, em condições apropriadas para a realização de atividades culturais e artísticas, que contribuam para a integração e aproximação dos povos latino-americanos. No campo dos investimentos, os recursos destinam-se às obras de encapsulamento do Painel "Tiradentes" de Portinari e aos equipamentos e demais detalhes necessários para a implantação do Parlamento Latino-Americano, cuja construção concluir-se-á no início do próximo exercício.

A Secretaria de Esportes e Turismo, que também se inclui na função, em razão do caráter educativo-cultural, prevê, ainda, para 1992, reformas em conjuntos desportivos e obras para melhoria da infra-estrutura de apoio ao desenvolvimento do turismo.

Por último, cumpre destacar as definições de dotações para a continuidade do Plano Diretor do Parque Zoológico.

09 - FUNÇÃO ENERGIA E RECURSOS MINERAIS

Compete ao Governo Estadual, no âmbito desta função, a exploração de fontes de energia, de recursos hídricos e minerais. A dotação orçamentária correspondente perfaz um total de Cr\$ 619,8 bilhões, representando 3,66% do orçamento.

No rol das fontes energéticas, o segmento de energia elétrica ocupa o papel de maior relevância. Desse modo, a ação governamental, traçada para 1992, no sentido de atender as exigências setoriais, destaca-se, preliminarmente, pela intervenção nos sistemas de geração, transformação, transmissão e distribuição, visando ampliação e melhoria na capacidade instalada.

O curso da programação orçamentária, nesta esfera, complementa-se pelo prosseguimento e início de novas obras de construção de usinas hidrelétricas, acompanhado da implementação do Programa de Pequenas Centrais Hidrelétricas.

Além do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado-DAEE, com a responsabilidade pelo Programa Eletificação Rural, a atuação do setor público na área de energia elétrica envolve ainda, a Companhia Energética de São Paulo-CESP, a Companhia Paulista de Força e Luz-CPFL e a Eleticidade de São Paulo S/A.-ELETROPULO.

A diretriz governamental de diversificação de fontes energéticas, reflete-se no esforço de ampliação do fornecimento de gás natural no Estado, objetivando a sua utilização prioritária junto a polos industriais e centros urbanos e em programas vinculados a transporte.

Em relação aos recursos hídricos, observada a intenção de se perseguir a maximização de benefícios econômicos e sociais mediante múltipla utilização, cumpre ressaltar a implantação do Plano Estadual de Recursos Hídricos, na esfera do DAEE, o prosseguimento de programas de recuperação da Bacia do Rio Piracicaba e a elaboração de estudos, objetivando o correspondente trabalho na Bacia do Rio Anastácio.

10 - FUNÇÃO HABITAÇÃO E URBANISMO

A função abrange os programas de construção de moradias para atendimento primordial da população de baixa renda e o planejamento e execução de ações do setor público, objetivando a melhoria das condições urbanas junto às principais cidades do Estado. A dotação orçamentária programada corresponde a Cr\$ 502,0 bilhões, representando 2,97% do orçamento global.

A diretriz central para a questão habitacional, centrada na disposição de mobilização de diferentes agentes, expressa-se na alocação de recursos orçamentários, no exercício de 1992, para os Programas de Desenvolvimento Habitacional e de Assentamento Habitacional, envolvendo os projetos sob responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano-COHU e a celebração de convênios com outras esferas do governo e entidades particulares.

No capítulo relativo às condições urbanas, a programação delineada no programa Infra-estrutura e Desenvolvimento Urbano contempla a disposição de prosseguimento das obras de construção de pontes nos municípios de Barueri, Jandira e Pirassununga. Cumpre ainda fazer menção a atenção dispensada ao programa Parque Ecológico do Tietê, sob a administração do Departamento de Águas e Energia Elétrica-DAEE.

A esfera de atuação da função enfeixa ainda as ações do Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimento-FUMEFI, sob tutela da Secretaria de Planejamento e Gestão, direcionadas aos setores de transporte, infra-estrutura viária e saneamento da Região Metropolitana da Grande São Paulo.

11 - FUNÇÃO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Esta função, para a qual estão destinados Cr\$ 115,7 bilhões, representando 0,68% do orçamento, para 1992, agrega um conjunto de ações com o objetivo de promover atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços no âmbito do Estado de São Paulo.

O curso das ações desenvolvidas pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, para o próximo exercício, enfatiza a promoção da industrialização do Interior, por intermédio de estudos das vocações regionais, de articulação com os órgãos de representação empresarial e prestadores de serviços na área da iniciativa privada, além da oferta de facilidades e informações a microempresários e outros que pretendam estabelecer-se no Interior.

Merecem destaque na esfera dos programas a serem desenvolvidos por esta Secretaria os seguintes:

- criação de dois Centros Regionais para difusão da capacitação gerada nas universidades e institutos de pesquisa, voltados para o desenvolvimento de indústrias nascentes de base tecnológica;
- elaboração de projetos para a implantação de Distritos Industriais, em municípios do Interior, promovendo a descentralização industrial; e
- implantação de galpões industriais, destinados ao incentivo de atividades empresariais.

Na instância da Secretaria de Esportes e Turismo, a disposição orçamentária, para 1992 envolve a pesquisa, planejamento e criação de núcleos turísticos, apoio ao desenvolvimento das estâncias e empreendimentos turísticos da Estrada de Ferro Campos do Jordão, além da execução de programas, da seguinte natureza:

- convênios com Prefeituras para a conclusão e construção de obras esportivas, turísticas e de lazer;
- ampliação do parque turístico com incremento dos equipamentos de lazer e obras civis no Balneário "Reino das Águas Claras" em Pindamonhangaba; e
- remodelação de 6 quilômetros de via férrea permanente com restauração de obras de arte, preservando as características originais da implantação da Estrada de Ferro de Campos do Jordão.

A amplitude na dotação orçamentária para a função adquire uma maior dimensão, em 1992, pela incorporação de um núcleo de ações, sob responsabilidade da Companhia Paulista de Obras e Serviços-CPÓS, envolvendo basicamente, os edifícios públicos de propriedade do Governo do Estado, no tocante aos aspectos de planejamento, construção, reforma e conservação.

A dotação orçamentária para a função contempla ainda as ações a cargo da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo-PRODESP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo-IMESP, Nossa Caixa Nosso Banco S/A., Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Estado de São Paulo S/A.-DIVEP, Companhia de Seguros do Estado de São Paulo-COSEP e Banco do Estado de São Paulo S/A.-BANESPA, com programações expressas no Orçamento de Investimentos das Empresas.

13 - FUNÇÃO SAÚDE E SANEAMENTO

Esta função congrega as ações desenvolvidas pelo Governo relacionadas à saúde e às condições sanitárias e de higiene. Para 1992, a dotação orçamentária fixada corresponde a Cr\$ 1.969,3 bilhões, representando 11,58% dos recursos orçamentários, em termos globais.

SAÚDE

Desenvolvida sob a ótica do Sistema Unificado de Saúde-SUS, a implementação das ações na esfera da Secretaria da Saúde confere substancial ênfase à diretriz governamental de transferência de responsabilidade no atendimento primário aos municípios, observada na disposição de alocação de recursos para a conclusão de obras, reformas em unidades e aquisição de equipamentos médico-hospitalares, no âmbito do programa de Municipalização dos Serviços de Saúde.

A atenção com a capacidade de atendimento do sistema direciona significativamente a alocação de recursos para a segunda fase do Plano Metropolitano de Saúde, envolvendo a implantação e a manutenção de hospitais com destaque para os de Vila Nova Cachoeirinha, Parada de Taipas, Vila Penteado, Guaiánazes e São Mateus.

A dotação orçamentária compreende ainda as ações de ampliação de leitos, reformas, adaptações e conclusão de obras, relacionadas a hospitais, laboratórios e institutos de pesquisa, expressas em programas como Conservação da Rede Física, Edificações de Próprios na Grande São Paulo e no Interior e Manutenção de Próprios. Nesse sentido, cumpre ressaltar o prosseguimento da reforma geral nas instalações do Hospital do Servidor Público Estadual, vinculado ao Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual-IAMSP.

O enfoque orçamentário dispensado às atividades - Atendimento Médico Hospitalar e Ambulatorial e Coordenação e Administração Geral da Pasta - reflete a importância de órgãos como o Centro de Apoio ao Desenvolvimento da Assistência Integral-CAAIIS e o Centro de Vigilância Epidemiológica, no contexto das prioridades setoriais associadas à programação de saúde adequada à nova realidade demográfica e à cobertura vacinal, respectivamente.

A dimensão orçamentária, na instância das atividades assinaladas anteriormente compreende também, a atenção ao convênio leito-dia, às necessidades de aquisição de material permanente e de equipamentos médico-hospitalares.

A alocação de recursos orçamentários consignada à Secretaria da Saúde abrange, além da implantação do Plano Diretor de Hematologia e Hemoterapia, o desenvolvimento das atividades relacionadas ao suprimento de Alimentação e Medicamentos, com destaque aos medicamentos à AIDS e ao Programa de Saúde do Escolar.

Por último, cumpre registrar no tocante à programação orçamentária setorial, o atendimento do núcleo de ações desenvolvido pelos Institutos, Adolfo Luiz Butantã, Pasteur, de Saúde, Dante Pazzanese de Cardiologia, Lauro de Souza Lima e de Infectologia Emílio Ribas e as principais ações delineadas para as demais entidades componentes do sistema:

- Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - realização de obras no complexo hospitalar do "Campus Universitário" e reforma e instalação da unidade de tratamento de emergência;
- Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - prosseguimento das obras de readequação, modernização, adaptação e ampliação da área física do Complexo Hospitalar;
- Superintendência de Controle de Endemias-SUCEN - conclusão das obras de reforma e ampliação da Sede do Setor de Campanhas e construção do depósito central de inseticida e reforma no Almoarifado Central e Oficina Mecânica;
- Fundação Oncocentro de São Paulo - reinício das obras de construção do Hospital destinado à pesquisa, detecção, controle e tratamento do câncer; e
- Fundação "Pró-Sangue - Hemocentro de São Paulo" - reforma do Posto do Hospital Mandaqui, instalação de postos no Hospital Heliópolis e no Hospital Sorocabana, e aquisição de equipamentos para os postos dos Hospitais Castelo Branco e Universitário.

SANEAMENTO

Neste setor, a configuração orçamentária impõe destaque ao Programa de Desenvolvimento de Saneamento Básico em Municípios do Interior-SABESPI, a cargo da Secretaria de Energia e Saneamento, visando a implantação, expansão, adequação ou melhoria nos sistemas de captação, tratamento, distribuição de água, além da coleta e disposição final de esgoto sanitário. O desenvolvimento do programa compreende as situações de opção municipal pela autonomia no gerenciamento destes serviços.

O abastecimento de água na Região Metropolitana da Grande São Paulo é alvo de atenção na dotação orçamentária setorial, em 1992, pela disposição em se dar prosseguimento, sob a administração do Departamento de Águas e Energia Elétrica-DAEE, às obras das Barragens, inseridas no projeto Sistema do Alto Tietê, desenvolvido pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo-SABESP.

Além da despoluição do Rio Tietê, a continuidade do Programa de Combate às Inundações na Região Metropolitana de São Paulo, compreendendo na esfera da programação do DAEE, o prosseguimento das obras de ampliação da caixa do Rio Tietê, de canalização do Rio Tamanduaí e de desassoreamento em ambos, representa um outro tópico de destaque no âmbito da programação setorial.

Na esfera do saneamento ambiental cumpre ainda destacar o desenvolvimento do Programa de Controle da Poluição-PRODUP, fornecendo apoio técnico e financeiro da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental-CETESB, às empresas no desenvolvimento e ampliação de projetos de sistemas de controle da poluição.

As programações da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo-SABESP e da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental-CETESB, estão inseridas no Orçamento de Investimentos das Empresas.